

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

### GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

#### FONTES DOCUMENTAIS COMO ELEMENTO EPISTÊMICO PARA CIDADANIA LGBTQIAPN+

#### *DOCUMENTARY SOURCES AS EPISTEMIC ELEMENT FOR LGBTQIAPN+ CITIZENSHIP*

**André Luiz Avelino da Silva** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Rodrigo de Sales** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A cidadania é entendida como um conjunto de direitos e deveres que uma pessoa tem na sociedade, alguns grupos sociais, como a população LGBTQIAPN+, têm o acesso dificultado ou negado em alguns casos, assim, os movimentos sociais materializados em entidade e instituições se organizam e lutam para a construção de fontes documentais para dialogar com a sociedade e o Estado. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo trazer reflexões sobre a produção de documentos que trazem a realidade das pessoas LGBTQIAPN+, como esses documentos podem consistir em um elemento epistêmico importante para a construção da cidadania dessa população. Para isso, os aspectos metodológicos adotados foram a seleção de seis grupos de ativismo que produzem documentos informacionais necessários para apontar as vivências do grupo ao qual pertencem, realizando buscas nos sites dos grupos, trazendo algumas fontes documentais como exemplo. Os resultados mostraram que os movimentos sociais são um dos protagonistas na produção de fontes documentais que trazem o contexto da vida das pessoas LGBTQIAPN+ no território brasileiro, com questões relevantes para a educação, saúde, direitos, segurança, indo ao encontro da construção da cidadania desse grupo social. Por fim, as entidades apontadas possuem grande atuação no Brasil, algumas desde a década de 1980, reivindicando direitos e o acesso à cidadania frente ao descaso do Estado, denunciando e buscando conscientizar a sociedade brasileira acerca das demandas da população LGBTQIAPN+, de modo que tais fontes documentais são essenciais para descortinar tal realidade e apresentar dados para contribuição, também, de políticas públicas para esse grupo.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; cidadania; LGBTQIAPN+; fontes documentais.

**Abstract:** Citizenship is understood as a set of rights and duties that a person has in society. Some social groups, such as the LGBTQIAPN+ population, have difficult or denied access in some cases. Thus, social movements materialized in entities and institutions organize themselves and fight for the construction of documentary sources to dialogue with society and the State. In this sense, this work aims to bring reflections on the production of documents that reflect the reality of LGBTQIAPN+ people, how these documents can consist of an important epistemic element for the construction of citizenship for this population. For this purpose, the methodological aspects adopted included the selection of six activist groups that produce informational documents necessary to highlight the experiences of the group to which they belong, conducting searches on the groups' websites and presenting some documentary sources as examples. The results showed that social movements are one of the protagonists in the production of documentary sources that bring the context of the lives of LGBTQIAPN+ people in Brazil, with relevant issues for education, health, rights, security, aligning with the construction of citizenship for this social group. Finally, the entities indicated have a great

presence in Brazil, some since the 1980s, demanding rights and access to citizenship in the face of the State's neglect, denouncing and seeking to raise awareness in Brazilian society about the demands of the LGBTQIAPN+ population, so that such documentary sources are essential to uncover this reality and present data to contribute, also, to public policies for this group.

**Keywords:** social movements; citizenship; LGBTQIAPN+; documentary sources.

## **1 INTRODUÇÃO**

Em tempos atuais, a cidadania pode ainda ser compreendida como um conjunto de direitos que possibilita à pessoa participar ativamente da vida (Dallari, 2004). Assim, sem cidadania, a marginalização e a inferiorização sociais parecem ser caminhos inevitáveis. Na sociedade brasileira, a Constituição Federal de 1988 é o documento que estabelece os direitos e deveres que todo cidadão e cidadã têm enquanto parte dessa organização social, e nela consta, em seu artigo 6º, aqueles que são considerados os direitos sociais dos cidadãos brasileiros: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança, transporte, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados (Brasil, 1988).

Entretanto, é sempre importante lembrar que, no Brasil, um país cujas linhas humanas (Fanon (2020) e abissal (Santos, 2007) escancaram os abismos das desigualdades sociais que produzem injustiças cotidianas contra grupos subalternizados, os direitos constitucionais que viabilizam a construção da cidadania não são, nem de longe, garantidos a todas as pessoas. Pessoas com deficiência nem sempre conseguem acessar os direitos que lhes assegurariam cidadania, pois a sociedade brasileira não está estruturada de forma a promover uma acessibilidade plena. Povos indígenas lutam sem cessar para terem suas terras demarcadas e homologadas pelo Estado (Silva, 2018), e para não serem mortos nos conflitos de exploração fundiária. Mulheres precisam lutar, por exemplo, por equidade salarial e, cotidianamente, lutar para não serem vítimas do feminicídio. Pessoas LGBTQIAPN+<sup>1</sup> lutam para não serem discriminadas e não serem mortas pela LGBTIfobia entranhada na sociedade. A população negra, que constitui 55,5% da população brasileira, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), na luta constante contra o racismo (estrutural, ambiental,

---

<sup>1</sup> Na arena política que envolve os movimentos sociais há outras siglas utilizadas, cada uma com sua perspectiva e defesa. Aqui adotamos a sigla LGBTQIAPN+ que designa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (travestis, transexuais, transmasculinos, homens trans), Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, pessoas Não-Binárias, com o símbolo de mais (+), afirmando que há outras possibilidades de orientação e identidade.

econômico, trabalhista, institucional, policial, religioso etc.), busca vivamente os direitos humanos e sociais que lhes são negados. Todos estes grupos minorizados e subjugados pela dinâmica da colonialidade (Quijano, 1992) certamente enfrentam muito mais barreiras (criadas pelo preconceito) para acessarem os elementos constitutivos da cidadania (que a Constituição Federal visa garantir) do que aqueles que se enquadram no cisheteropatriarcado branco (Akotirene, 2019; Ribeiro, 2021) e gozam do pacto da branquitude (Bento, 2022).

No contexto brasileiro, o Estado não promove políticas públicas que protejam efetivamente as pessoas LGBTQIAPN+ contra as violências que as assolam. Exemplo disso foi o fato do Supremo Tribunal Federal ter determinado, somente em 2019, a LGBTIfobia como crime, em vista da não existência de uma lei de proteção específica a essa comunidade (Santana, 2019).

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo argumentar como a produção de documentos a respeito da realidade LGBTQIAPN+ pode consistir em elemento epistêmico relevante na construção da cidadania LGBTQIAPN+.

Se episteme, em sua etimologia grega, quer dizer 'conhecimento', e na prática tradicional acadêmica se refere ao 'conhecimento de natureza científica, verificado e fundamentado' (Japiassu, 1975), não é descabido afirmar que os documentos que registram e veiculam tais conhecimentos são peças fundamentais para o desenvolvimento epistemológico de qualquer domínio. A epistemologia social defendida por Shera (1977), no contexto da Biblioteconomia, já chamava a atenção para uma necessária conexão entre trabalho técnico, acervo bibliográfico, informação e conhecimento para pessoas e sociedades.

Uma vez que o esforço de uma epistemologia social no universo bibliográfico é voltar-se efetivamente aos anseios das sociedades, é imperativo que tais sociedades e comunidades sejam ouvidas por meio da produção de seus próprios documentos, ou de documentos que registrem e veiculem seus próprios conhecimentos. Nesse sentido, em busca de uma escuta epistêmica da comunidade LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro, o foco aqui foi direcionado a documentos gerados por órgãos representantes dessa comunidade.

## **2 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Para tanto, foram realizadas buscas documentais via internet em grupos de ativismo LGBTQIAPN+ do Brasil a fim de reunir e analisar tais documentos. Tais grupos, cujas informações documentais estavam disponíveis para acesso online, foram: Associação

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB  
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); Acontece Arte e Política LGBTI+; Grupo Gay da Bahia (GGB); Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); e Aliança Nacional LGBTI+, Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). Foram definidos como critérios de inclusão entidades que atuam há mais tempo, com fontes documentais disponíveis em acesso aberto e, que produzem fontes documentais relevantes para a construção da cidadania de pessoas LGBTQIAPN+.

Assim, o presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, uma vez que os resultados aqui alcançados foram frutos de uma análise interpretativa realizada sobre os documentos levantados. O Quadro 1 elenca as entidades escolhidas e fontes documentais, bem como as justificativas para o uso delas.

**Quadro 1 – corpus das fontes**

<b>Entidade</b>	<b>Justificativa da escolha</b>	<b>Fontes documentais</b>	<b>Justificativa da escolha das fontes</b>
ANTRA	Tempo, desde 1992; Relevância, produção de fontes documentais importantes sobre a realidade trans brasileira.	Dossiê de assassinatos e violências contra população trans.	Ausência de dados oficiais do Estado, o grupo traz uma fonte documental importante para a discussão e construção da cidadania dessas pessoas.
Acontece Arte e Política LGBTI+	Tempo, desde 2013; Relevância, produção e organização de dados estatísticos sobre violências e mortes de pessoas LGBTQIAPN+ a partir do trabalho em rede.	Observatório de Mortes de pessoas LGBTQIAPN+	Trabalho em rede com outras entidades em prol da construção de dossiês sobre violências que as pessoas desse grupo sofrem.
GGB	Tempo, desde 1980, um dos grupos mais antigos em atividade; Iniciou os primeiros relatórios sobre as violências contra a população LGBTQIAPN+.	Relatórios de mortes da população LGBTQIAPN+	Uma das primeiras fontes que trouxe à luz uma realidade até então desconhecida, em especial pela falta de dados oficiais do Estado.
ABGLT	Tempo, desde 1995; Relevância, produção de conteúdos sobre e para a população LGBTQIAPN+	Materiais diversos de caráter normativo, orientador e educacional.	Fontes documentais que trazem orientações para profissionais que atendem pessoas LGBTQIAPN+; orientação sobre como lidar em casos de violências; Documentos com viés educacional sobre e para população LGBTQIAN+.
Aliança Nacional LGBTI+	Tempo, desde 2003; Relevância, constantemente investindo em produção de materiais sobre a população LGBTQIAPN+.	Enciclopédia LGBTI+	Essa fonte construiu e reuniu uma série de Manuais com temas chave para a população LGBTQIAPN+.
ABETH	Tempo, desde 2001; Relevância, reúne artigos acadêmicos sobre o campo de gênero e sexualidade, incentivando e dando espaço para pesquisadores e pesquisas da área.	Revista Brasileira de Estudos da Homocultura	Periódico científico com grande relevância no campo dos estudos de gênero e sexualidade.

**Fonte:** Pessoas autoras (2025).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Para apontar as fontes de informação elencados, foram realizadas buscas no site das entidades buscando abas onde constassem os documentos, na ANTRA a aba “assassinatos” constam os dossiês sobre as violências contra pessoas trans, além dessa aba, há uma outra com nome “cartilhas e manuais” onde constam outras fontes de informação; quanto a ABGLT consta uma aba intitulada “arquivos”, onde há ‘documentos, biblioteca, multimídia’, selecionando ‘biblioteca’ há e-books sobre a realidade das pessoas LGBTQIAPN+; na Aliança Nacional LGBTI+ tem uma aba “enciclopédia LGBTI+” contendo os e-books da coleção temática produzida por eles; no GGB há uma aba intitulada “observatório da violência” contendo os relatórios sobre mortes de pessoas LGBTQIAPN+; a ABETH tem uma aba com “publicações” onde há a descrição da revista delas; a Acontece é a instituição que não possui site próprio, mas em sua página no Instagram há um link na qual elenca informações necessárias, inclusive o “dossiê” elencado aqui, com a realidade de violências que as pessoas LGBTQIAPN+ sofrem.

A escolha dessas entidades e das fontes ocorre, em especial, pelo potencial de contribuírem com a construção da cidadania dessas pessoas, principalmente em razão de o Brasil ainda estar muito aquém do ideal de dignidade humana para essa população.

### **3 ASPECTOS INICIAIS DA CIDADANIA: ACESSO A DIREITOS SOCIAIS BÁSICOS**

Basta olharmos alguns poucos exemplos para percebermos o quanto a ideia de cidadania historicamente esteve vinculada a grupos restritos e dominantes. No contexto da Grécia Antiga, a cidadania era algo que dizia respeito somente a homens nascidos na Grécia, e estes tinham pleno poder de decidir e participar ativamente dos processos políticos da sociedade local, ao passo que estrangeiros, mulheres e pessoas escravizadas não eram consideradas cidadãs (Chauí; Oliveira, 2011).

No período pós-revolução francesa, os então revolucionários, em assembleia, discutiram os requisitos para definir quais pessoas poderiam ter acesso à cidadania, e assim decidiram que para ser considerado cidadão ‘ativo’ era necessário ser francês, ser homem, pagar uma quantia a ser por eles definida de tributos e não ser um empregado (Pedra, 2020). Os demais seriam até considerados cidadãos, mas sem o status do cidadão ativo, de modo a alijar uma grande parcela da população do acesso à cidadania (Pedra, 2020).

A cidadania historicamente se constitui, conforme pontuado pelas autorias acima, pela exclusão de determinadas pessoas e grupos de pessoas. A partir do século XXI, grupos sociais

passaram a acessar os direitos que compunham a cidadania. Tais conquistas não surgiram de forma orgânica, mas sim com base na luta de muitos grupos, fossem os movimentos feministas reivindicando os direitos das mulheres (Mendes; Fonseca, 2023), fossem os movimentos negros combatendo o racismo e reivindicando direitos iguais (Franco, 2019), ou, ainda, os movimentos LGBTQIAPN+ buscando conquistar o direito de existir e acessarem seus direitos (Ferreira; Sacramento, 2019).

Nesse sentido, Monteiro e Castro (2008) argumentam que a cidadania é compreendida enquanto um conjunto de direitos e deveres que as pessoas terão perante ao Estado, um status jurídico-legal. Ou seja, o Estado é responsável pela disponibilização dos direitos e cobrar os deveres, de acordo com a forma que a sociedade é organizada.

No Brasil, o documento que corresponde à Carta Cidadã é a Constituição de 1988, na qual são definidos os direitos das pessoas que, conforme mencionado anteriormente, se referem à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, segurança, transporte, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados (Brasil, 1988). Se, em tese, os direitos sociais acima mencionados devem ser assegurados pelo cumprimento da Constituição, na prática, flagra-se que, no país líder em assassinar pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, essa tese não se sustenta.

#### **4 ENTRE SILÊNCIOS E RESISTÊNCIAS: ORGANIZANDO PARA CONHECER**

As pessoas que compõem a população LGBTQIAPN+ sofrem discriminações e preconceitos desde o momento em que assumem quem são, seja por orientação sexual diferente da heterossexual ou por identidade de gênero diferente da cisgênera. Assim, a partir do momento em que uma pessoa se desvia do que é considerado “padrão”, ela passa a estar sujeita a sofrer represálias.

Na sociedade em geral, o padrão esperado e incentivado é o cisheteronormativo, que considera heterossexuais e cisgêneros como norma, e, segundo Mozdzenski (2020), desde a vestimenta, o jeito de agir, o jeito de falar, o afeto, as relações, tudo deve ser de acordo com essa norma. Esse padrão exerce forte influência tanto para pessoas que se enquadraram nele, quanto para pessoas cobrarem que as outras se enquadrem, causando impactos negativos e opressores na vida de pessoas LGBTQIAPN+ e de pessoas não LGBTQIAPN+ também. Entretanto, é evidente que esses impactos são de naturezas diferentes.

Diante desse panorama, as pessoas precisaram se organizar em grupos sociais de ativismo para reivindicar, perante ao Estado e à Sociedade, o resguardo de seus direitos e de sua cidadania, tendo em vista a ausência do Poder Público em efetivar o acesso à cidadania plena a todas as pessoas. Assim, ganham forças os movimentos sociais LGBTQIAPN+ com demandas, reivindicações e necessidades específicas, numa construção coletiva em busca de resistir diante das violências existentes na sociedade brasileira (Feitosa, 2017).

Nessa perspectiva, surgem documentos, relatórios, dossiês, informações e conhecimentos para mostrar para sociedade as violências que essa população sofre, especialmente no que se refere à falta de políticas públicas, à ausência da garantia da cidadania, à precarização das vidas, que, em algumas situações, culmina em mortes violentas motivadas por ódio, preconceito e discriminação (Quinalha, 2020).

Apresentam-se e discutem-se, a seguir, as informações geradas e veiculadas por documentos produzidos por grupos de ativismo LGBTQIAPN+, que trabalham diariamente de forma voluntária para a construção dessas informações sobre uma realidade própria, a qual demanda luta coletiva para resguardar o acesso à cidadania. As fontes documentais geradas por esses grupos a respeito das realidades das comunidades LGBTQIAPN+ são tomadas aqui como elementos fundamentais para a geração do conhecimento que podemos ter sobre tais comunidades, ou, pelo menos, parte desse conhecimento e, assim, podem ser considerados elementos epistêmicos (componentes de conhecimento) importantes para o alcance da cidadania LGBTQIAPN+.

## **5 ANÁLISE, DISCUSSÕES E RESULTADOS**

Foram selecionadas seis entidades LGBTQIAPN+ que produzem documentos no âmbito nacional, a saber: ANTRA<sup>2</sup>, Acontece Arte e Política LGBTI+<sup>3</sup>, GGB<sup>4</sup>, ABGLT<sup>5</sup>, ABETH<sup>6</sup> e Aliança Nacional LGBTI+<sup>7</sup>.

A escolha dessas instituições se dá pela sua atuação nacional, sendo o GGB o mais antigo em atividade no território brasileiro, mais de 40 anos de existência, desde 1980, ANTRA

---

<sup>2</sup> Site disponível em: <https://antrabrasil.org/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

<sup>3</sup> Site disponível em: <https://observafloripa.com.br/entry/1781?def=1>. Acesso em: 27 abr. 2025.

<sup>4</sup> Site disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

<sup>5</sup> Site disponível em: <https://www.abglt.org/biblioteca>. Acesso em: 27 abr. 2025.

<sup>6</sup> Site disponível em: <https://www.abeth.com.br/about-5>. Acesso em: 27 abr. 2025.

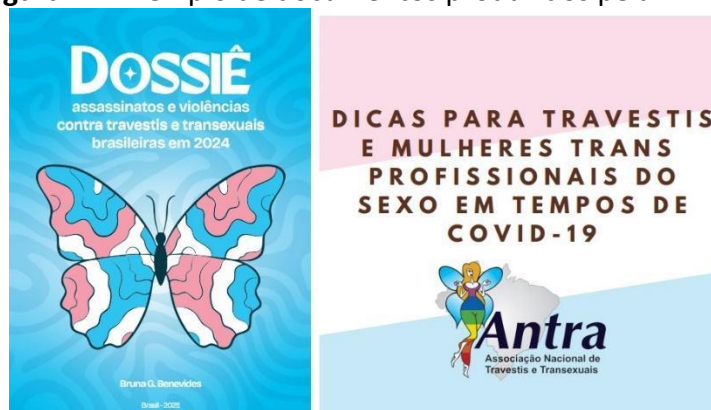
<sup>7</sup> Site disponível em: <https://aliancagbti.org.br/enciclopedia-lgbti/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

e ABGLT há cerca de 30 anos, 1992 e 1995, respectivamente, a ABETH e Aliança há mais de 20 anos, desde 2001 e 2003, respectivamente, por fim, a Acontece Arte e Política LGBTI+ há mais de 10 anos, desde 2013, sendo a mais nova selecionada. Além disso, as fontes de informação produzidas por essas entidades trazem contribuições de importância nacional, há outras no território nacional, mas neste trabalho iremos focar nessas.

Dentre as principais publicações da ANTRA, fazemos referência ao “Dossiê: Assassinatos e violências contra pessoas trans”, produzido anualmente por meio de esforços coletivos voluntários, registrando informações acerca da realidade vivenciada pelas pessoas trans no território brasileiro. Nos documentos há informações sobre aspectos geográficos, faixa etária, escolaridade, ferramentas e métodos utilizados nas mortes, classe social, e todo um perfil sobre os assassinatos, além de trazer informações sobre tentativas de homicídios e sobre suicídios, bem como informações internacionais a respeito (Benevides, 2025). Ademais, os dossiês também contam com recomendações e dicas de materiais informacionais que podem ser utilizados, bem como artigos sobre a temática.

Os dossiês produzidos pela ANTRA possuem grande relevância na compreensão da realidade das pessoas trans e ajudam a levantar dados e informações contundentes para mostrar para o Estado e para a sociedade um contexto de violência que não é amparado pelo Estado. Pelo contrário, em alguns casos, observa-se uma clara negligência por parte dos órgãos estatais. Além disso, cartilhas e manuais também são produzidos em temas como: enfrentamento à LGBTIfobia, segurança pública, sistema prisional, violência doméstica, cartilhas com orientações, entre outros.

**Figura 1** – Exemplo de documentos produzidos pela ANTRA



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

A Aliança Nacional LGBTI+, entre suas publicações, produz a Enciclopédia LGBTI+, uma coletânea que conta hoje com 26 manuais temáticos, desenvolvidos em parceria com a Rede Gay Latino, trazendo em cada publicação aspectos sobre as vivências das pessoas LGBTQIAPN+, nos quais especialistas de cada área elaboram esses manuais a partir da perspectiva desse grupo social. Esse programa é um excelente construto epistemológico social, criado por vários profissionais de diversas áreas, com um objetivo em comum: abordar e mostrar a realidade dessa população que sofre com discriminações na sociedade.

**Figura 2** – Exemplo de documentos produzidos pela Aliança Nacional LGBTI+

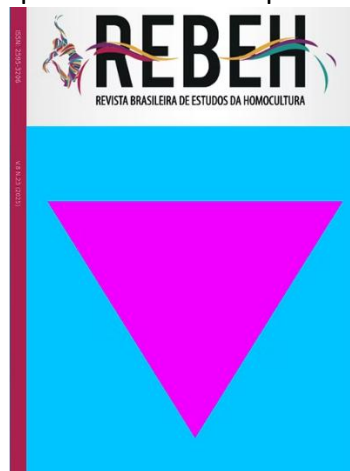


Fonte: dados da pesquisa (2025).

Os manuais apresentados pela Aliança Nacional LGBTI+ e Rede Gay Latino são disponibilizados de forma gratuita e *online*, assim como os documentos da ANTRA. Em alguns casos, tiragens pré-estabelecidas são distribuídas gratuitamente à comunidade interessada, buscando disseminar os dados e informações para a sociedade, inclusive, enviando exemplares sobre dados estatísticos para o Estado.

A ABETH é uma associação científica em atividade desde 2001 no território brasileiro. Ela possui a Revista Brasileira de Estudos da Homocultura como seu carro-chefe, inclusive, este periódico está classificado com Qualis A2 na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES. Com centenas de artigos científicos publicados desde sua criação, tem como foco a realidade das pessoas LGBTQIAPN+ a partir de vivências no universo acadêmico e no ativismo social e político, contribuindo para a construção de um referencial desse grupo social.

Figura 3 – Exemplo de documento produzido pela ABETH



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Acontece Arte e Política LGBTI+, tem produzido o Dossiê de Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil, em parceria com a ANTRA e a ABGLT, por meio do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Essas três instituições se unem para coletar dados estatísticos e produzir um dossiê que revela as violências que essa população sofre. Esse documento apresenta o perfil das vítimas, com informações sobre a idade, orientação sexual, identidade de gênero, raça e etnia, causa e local da morte, vítimas de suicídio, entre outras informações.

Figura 4 – Exemplo de documento produzido pela Acontece Arte e Política LGBTI+



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na mesma perspectiva que a Acontece, o GGB tem realizado ao longo de anos dossiês que trazem as mortes e violências que pessoas LGBTQIAPN+ sofrem no território nacional.

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB  
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Trabalho pioneiro, estes documentos são de grande relevância para dialogar junto ao Estado, reivindicando direitos e proteção social, tendo em vista os altos números de assassinatos que essa população sofre. Em parceria com outras entidades, como a Aliança Nacional LGBTI+ e o Grupo Dignidade, de Curitiba, PR, o GGB apresenta dados e informações sobre as mortes de pessoas LGBTQIAPN+.

Figura 5 – Exemplo de documento produzido pelo Grupo Gay da Bahia



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Quanto à ABGLT, em sua biblioteca, possui publicações diversas, inclusive das instituições já mencionadas acima, mas conta também com *e-books* próprios, onde constroem conhecimentos sobre pessoas LGBTQIAPN+ voltados a elas mesmas, trabalhando temas importantes para essa população, com o objetivo de contribuir para a redução das violências causadas pela LGBTIfobia.

Figura 6 – Exemplo de documentos produzidos pela ABGLT



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB  
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Estes documentos se constituem como fontes relevantes de informação na medida em que fornecem informações brutas e evidências que dão acesso direto ao tema em discussão (fontes primárias) e fornecem também informações elaboradas e fundamentadas veiculadas por artigos científicos (fontes secundárias). Nesse sentido, tratam-se de elementos fundamentais para a construção de um entendimento epistêmico próprio dos movimentos sociais, trazendo dados, informações e conhecimentos acerca da realidade das pessoas LGBTQIAPN+ no território brasileiro.

Nessa ótica, é importante pontuar a perspectiva defendida por Shera (1977), de que a epistemologia social, no universo bibliográfico, deve direcionar atenção às questões da sociedade, aliando trabalho técnico e acervo documental como realidades sociais concretas. Uma forma de promover a escuta epistêmica de comunidades LGBTQIAPN+ é dar relevo e visibilidade aos documentos produzidos pelas próprias comunidades, pelas próprias entidades que as representam.

Lamar (2007), em consonância com Shera (1977), defende que a biblioteca é uma entidade que se relaciona com a sociedade e tem as pessoas bibliotecárias como mediadoras dessa relação. A partir disso, é possível enxergar nas bibliotecas e acervos dos grupos sociais uma forma concreta de interação social e profissional, onde se busca, por exemplo, conhecer as vivências e realidades próprias desse grupo. Nesse sentido, Marteleto (2015, p. 12) afirma que,

[...] a reflexão e a prática da epistemologia social seriam uma espécie de programa ou de dever de ofício epistemológico, ético e político para os produtores, os mediadores e os consumidores dos produtos da cultura, do conhecimento, da informação e da comunicação.

Tomar as fontes documentais (ou informacionais) produzidas pelos grupos sociais de ativismo LGBTQIAPN+ como componentes de uma construção epistemológica pode nos fazer refletir a forma como eles buscam essa aproximação com a sociedade, trazendo dados e informações para que sejam consumidas tanto por pessoas que fazem parte dessa população, quanto por aqueles que não fazem parte. Assim, com o intuito de sensibilizar, conscientizar e descortinar uma realidade de violências e descaso do Estado, as fontes documentais criadas pela população LGBTQIAPN+ buscam construir uma emancipação social em prol do acesso à cidadania e aos direitos básicos defendidos na Constituição brasileira. Buscam, em última análise, participar ativamente da vida.

Posto isto, a epistemologia social parte do princípio de que o conhecimento é produzido em contextos sociais específicos e que, portanto, a ciência e o saber não são neutros nem universais. Quando aplicada à população LGBTQIAPN+, essa abordagem permite reconhecer que os conhecimentos produzidos por essa comunidade, muitas vezes à margem dos espaços acadêmicos e institucionais, são formas legítimas de conhecimento.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção da cidadania nem sempre foi democrática, em sociedades antigas, o homem era o único que poderia ter acesso a tais direitos, à participação política, ao desenvolvimento das cidades e às tomadas de decisão. Assim, a concepção de cidadania que temos hoje busca maior amplitude, de forma que todas as pessoas possam ter acesso aos direitos que compõem a cidadania.

A Constituição Federal do Brasil traz a cidadania em todo seu 'DNA', entretanto, nem todos os grupos têm assegurados o acesso aos direitos previstos na Constituição. Alguns grupos inferiorizados e marginalizados pela lógica do discurso colonial ficam à margem da sociedade, e isso por conta dos mais variados tipos de preconceito. No caso da população LGBTQIAPN+, o preconceito, a discriminação, o discurso de ódio e a criação de estigmas fazem com que essas pessoas sofram violentas consequências.

As ONGs e os grupos de ativismo social se organizam para lutar pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, construindo informações e conhecimentos próprios da população LGBTQIAPN+, contribuindo, assim, para uma epistemologia social. Tais organizações, por meio de construções informacionais registradas em fontes documentais, buscam aproximar a sociedade de uma realidade que, em algumas situações, pode ser desconhecida. Além disso, ajudam a sensibilizar a sociedade para uma problemática permeada por LGBTifobia estrutural, causando dores e violências.

Assim, buscou-se neste trabalho apresentar alguns dados, informações e conhecimentos próprios da população LGBTQIAPN+ como parte de uma construção epistemológica coletiva, contribuindo para o acesso a direitos básicos, emancipação social, autonomia e empoderamento, bem como o acesso à cidadania.

## **REFERÊNCIAS**

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: ANTRA; Distrito Drag, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2025.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CHAUÍ, Marilena; OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Filosofia e Sociologia**. São Paulo: Ática, 2011.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu, 2020.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FERREIRA, Vinicius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1826>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. A trajetória do movimento negro organizado e suas estratégias de superação do racismo na sociedade brasileira (1931-2003). **Revista Eletrônica Leopoldianum**, Santos, SP, v. 45, n. 125, p. 107-124, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/884/745>. Acesso em: 27 abr. 2025.

IBGE. **Censo 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acessado em 02 maio 2025.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LAMAR, Adolfo Ramos. Epistemologia social: possível origem e alguns momentos de seu percurso. **Pro-Posições**, v. 18, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://encr.pw/QuGM2>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MARTELETO, Regina Maria. Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escrita na web. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 9-15, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/58683>. Acesso em: 28 abr. 2025.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

MENDES, Gabriella da Silva; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Uma análise histórica sobre a trajetória dos direitos das mulheres no Brasil. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 151–170, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/24605>. Acesso em: 27 abr. 2025.

MONTEIRO, Renata A. de P.; CASTRO, Lúcia R. de. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 271-284. jul./dez. 2008. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1519-549X2008000200006](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2008000200006). Acesso em: 27 abr. 2025.

MOZDZENSKI, Leo. **Outvertising**: a publicidade fora do armário. Curitiba: Appris, 2020. 397p.

PEDRA, Caio Benevides. **Cidadania trans**: o acesso à cidadania por travestis e transexuais no Brasil. Curitiba: Appris, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena**, Lima, v. 12, n. 29, p.11-20, 1992.

QUINALHA, Renan. O mito fundador de stonewall: onde quase tudo começou... *In*: IGNACIO, Taynah *et al.* **Tem saída?**: perspectivas LGBTI+ sobre o Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2020. 282 p.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2021

SANTANA, Leonardo. **O Estado Laico no confessionário**: o debate sobre a criminalização da homofobia e da transfobia. Curitiba: Appris, 2019. 163p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 79, 2007

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e biblioteconomia. Tradução de Maria Esther de Araújo Coutinho. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92/92>. Acesso em: 27 abr. 2025.